





Rico acervo textual

O APESP tem em seu acervo uma documentação riquíssima sobre escravidão e trabalho escravo. Além de processos nos quais Luiz Gama atuou como advogado (sendo que uma parte deles está no museu do TJ), temos numerosos autos policiais produzidos por Luiz Gama na função de escrivão de polícia, cargo do qual foi exonerado por sua atuação antiescravista. Na verdade, toda documentação produzida durante o período colonial até a abolição está impregnada de questões envolvendo escravos, pois a sociedade que as produziu era escravista. Portanto, o APESP possui registros cartoriais de compra e venda de escravos, cartas de liberdade, testamentos e inventários onde os escravos aparecem como propriedade; possui ainda relatórios de desembarque de escravos vindos da África, sisas de proprietários de escravos, telegramas dirigidos ao chefe de polícia relatando fugas e rebeliões de escravos, entre outros. Possui também documentos produzidos pelas juntas classificadoras de escravos, instituídas pela Lei do Ventre Livre para promover uma gradual libertação dos cativos.



Para falar de escravo na documentação permanente do APESP precisamos começar por 3 premissas:

- 1- Apesar da sua presença em número elevado, o escravo não produziu ele próprio documentos em abundância, no entanto ele está presente nos documentos produzidos pelos seus proprietários e pelas autoridades que tinham a atribuição de zelar pela ordem na província.
- 2- A escravidão deixou impregnada uma boa parte da documentação produzida e acumulada na província de São Paulo, compreendida por documentos cartoriais, judiciais e administrativos.
- 3- Ao contrário das Bibliotecas, os Arquivos não são organizados por assunto, mas por *fundos*.







































